

Blockchain, Brumadinho e a reinvenção da sociedade

Arthur Miranda (*)

O ano mal começou e o mundo assistiu estarrecido mais uma cidade brasileira ser arrebatada por um imenso mar de lama, que assassinou pessoas, destruiu casas, dizimou animais e detonou o meio ambiente

Visão de Brumadinho de baixo dos rejeitos da Vale é desconcertante. E depois de assistir inúmeros vídeos da tragédia e ouvir relatos das vítimas, fica difícil de acreditar que a palavra da moda no Brasil seja “transparência”. Ela está no discurso de todos os agentes da sociedade: governo, iniciativa privada, ONGs e até mesmo da própria população, que clama por mais clareza e idoneidade nas relações.

Porém, a prática é bem diferente. Se a retórica usa e abusa de jargões como protagonismo, sustentabilidade, transparência e reinvenção, na hora do vamos ver os processos são sempre os mesmos e as vítimas também. O que observamos é que o Brasil de hoje permanece o mesmo há décadas, apesar do potencial de inovação existente em todos os setores. A famosa onda de conservadorismo se estende também para dentro da maioria das empresas, que mantêm regras, métodos, culturas e costumes que não atendem mais às necessidades de uma sociedade cada vez mais digital e reivindicadora.

Vejam o caso de Brumadinho. Depois das vidas perdidas e da destruição, o Ministério do Desenvolvimento Regional pediu que órgãos e entidades de fiscalização fizessem um pente fino nas condições das barragens e avaliassem imediatamente a necessidade de remover instalações que coloquem pessoas em risco. Obviamente, este trabalho deveria estar sendo feito há muito tempo, de maneira consistente.

Certificações ambientais, licenças, auditorias e governança em dia: desde o acidente em Mariana, em 2015, já era sabido que a forma como esses documentos são emitidos não era das mais eficientes. Enfim, nunca se pensou em uma nova forma de fiscalizar e cobrar das empresas e também das certificadoras a famosa transparência, embora existam meios para tal.

Ao ver a quantidade de lama que invadiu Brumadinho, as

peças desabrigadas e os animais em agonia, pergunto-me porque ninguém pensou em pesquisar tecnologias capazes de controlar a segurança desses locais. Por que ninguém pensou em um controle distribuído, onde as informações não ficassem apenas concentradas dentro de uma certificadora ou empresa, dependendo do aval de um único fiscal.

Por que ninguém enxergou como o Blockchain poderia ser uma tecnologia alternativa para garantir mais segurança, agilidade e rapidez em tempo real, fazendo com que as decisões fossem compartilhadas e demonstradas por todos aqueles que desejam pesquisar. Apesar das denúncias de que a barragem de Brumadinho representasse um risco desde 2015, foram quatro anos seguindo os mesmos padrões de certificações, com licenças ambientais carimbadas em um papel timbrado e guardadas dentro de uma gaveta, não se sabe de quem e em quais circunstâncias.

Defendo o Blockchain como um novo ecossistema descentralizado e transparente, para ser utilizado por todos que desejam quebrar paradigmas e impactar positivamente a sociedade, libertando as amarras de processos burocráticos tradicionais em nosso País. Se a necessidade de um novo Brasil passa pela redefinição cultural de todos os agentes, e principalmente pela criação de uma nova forma de compliance, o Blockchain pode ser a tecnologia disruptiva capaz de assumir esse papel e muito mais. É como um ponto de luz em meio à escuridão.

Obviamente, novas tecnologias e processos requerem estudo, capacitação, investimentos, profissionais engajados e empresas dispostas a mudar suas tradições e encarar desafios impostos pela jornada. Mas se esse é o preço a ser pago para manter vidas a salvo, acredito que vale a pena.

A verdade é que já existem maneiras de colocar um ponto final em entraves burocráticos e nebulosos, que interessam apenas a um grupo de pessoas. Mas é preciso envolvimento dos tomadores de decisão e vontade política para fazer uma transformação acontecer.

Enquanto isso Brumadinho e o restante do Brasil sente o gosto amargo das palavras bonitas que estão longe de transmitir seu real significado.

(*) - É colaborador da GOBlockchain.

Oito projetos na Câmara alteram a política de segurança de barragens

O rompimento da Barragem da Vale em Brumadinho motivou a apresentação de diversas propostas à Câmara no início do ano legislativo

Além do pedido de criação de uma CPI, foram apresentados oito projetos e cinco requerimentos relacionados ao desastre. Todos propõem mudanças na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). As principais alterações pretendem aprimorar as regras gerais obrigatórias para construção e desativação de barragens de rejeitos de mineração.

O projeto do deputado Rogério Correia (PT-MG), por exemplo, proíbe a utilização do método de alteamento a montante na construção, exatamente o método de construção de barragem usado em Brumadinho, considerado o menos seguro. Nesse método, a barragem vai sendo formada em cima do próprio rejeito. Também institui a obrigatoriedade de contratação de seguro contra o rompimento ou vazamento de barragens.

Já o projeto da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC),



Índio observa o avanço da lama no rio Paraopeba, após o rompimento da Barragem da Vale em Brumadinho.

inclui entre os objetivos do PNSB a definição de procedimentos emergenciais a serem adotados em caso de acidente ou desastre, incluindo o Plano de Ação de Emergência e a implantação de sistema de alerta às populações que vivem

abaixo da barragem. Deputada de primeiro mandato e a mais votada do País, Joice Hasselmann (PSL-SP) protocolou pedido para criar uma CPI que investigue as causas e punir os culpados pela catástrofe.

Os cinco requerimentos apre-

sentados propõem a criação de comissões externas de deputados com o objetivo de rever as atuais normas de construção, manutenção e fiscalização de barragens de rejeitos de minérios em todo o País. Desde o dia 29 de janeiro, no entanto, quatro dias após o rompimento da barragem, já está em funcionamento uma comissão externa criada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ainda durante o recesso parlamentar, para acompanhar e fazer um diagnóstico da real situação das barragens no Brasil.

Amanhã (8), a comissão externa formada por 15 deputados realizará a primeira visita oficial a Brumadinho. O colegiado foi proposto pelos deputados mineiros Newton Cardoso Jr (MDB) e Zé Silva (SD) e conta com colaborações técnicas das agências nacionais de Águas (ANA) e de Mineração (ANM) e do Ministério Público (Ag.Câmara).

Flavio Bolsonaro é investigado por compra de imóveis

Filho do presidente Jair Bolsonaro, o senador Flavio Bolsonaro (PSL) está sendo investigado por suposta falsificação de documentos para fins eleitorais. O caso está com a Polícia Federal do Rio de Janeiro e foi enviado também para a Procuradoria-Geral da República. A investigação começou em março de 2018. A suspeita é que Flavio tenha cometido fraude na declaração e imóveis comprados em “negociações relâmpagos”, com valores abaixo do real. Isso teria aumentado o patrimônio pessoal do senador, além de configurar crime de lavagem de dinheiro.

Uma reportagem de janeiro de 2018 da “Folha de S.Paulo” dizia que Flavio Bolsonaro tinha realizado 19 operações imobiliárias no Rio de Janeiro. Em um dos casos, relacionado a um imóvel no bairro de Laranjeiras, o filho do presidente declarou à Justiça Eleitoral, em 2016, que o valor era de 846 mil reais. Mas, na escritura, no fim do mesmo ano, o valor registrado foi de 1,7 milhão de reais.

A defesa de Bolsonaro, em comunicado, criticou a investigação, dizendo que a denúncia que motivou o inquérito é “desprovida de fundamento” e feita por um advogado ligado ao PT “com o único intuito de provocar desgaste político a seus adversários”. “No âmbito estadual ela foi arquivada e, com absoluta certeza, também terá o mesmo destino no âmbito federal” (ANSA).

Líderes na Câmara priorizam bloqueio de bens de organizações terroristas

Os líderes partidários decidiram na manhã de ontem (6) votar, na próxima semana, o projeto sobre o bloqueio de bens de organizações terroristas e as três medidas provisórias que estão trancando a pauta do Plenário.

O projeto de autoria do Poder Executivo, disciplina a forma de cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades investigadas ou acusadas de terrorismo ou de seu financiamento. A proposta tramita em regime de urgência.

A MP 850 cria a Agência Brasileira de Museus e perde a validade no próximo dia 18. A MP 852 transfere imóveis do INSS para a União e a 853 reabre adesão a fundo de pensão dos servidores. Os líderes não discutiram a votação do pacote anticrime apresentado pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro.

Em relação à reforma da Previdência, o líder do Po-



Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, presidiu a reunião do Colégio de Líderes.

demos, deputado José Nelto (GO), defendeu um prazo amplo para debater a proposta.

“Não podemos aprovar [a Reforma da] Previdência sem um grande debate para sociedade. Previdência não é do presidente Bolsonaro. A previdência é para o Brasil. Rodrigo Maia defendeu que seja apreciada em três meses”, afirmou.

O líder do governo, deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), disse que o regimento será respeitado. “O prazo do Parla-

mento vai ser respeitado, com as discussões para o natural aperfeiçoamento do texto. A troca de ideias vai fazer que o texto seja aperfeiçoado”, afirmou o deputado. Os

líderes também decidiram indicar a partir da próxima semana os nomes para as presidências das comissões permanentes da Casa. Segundo o líder do governo, Rodrigo Maia deu prazo até 20 dias para o acordo entre as bancadas (Ag. Câmara).

Projeto cria Programa Cidade Amiga do Idoso

O Senado vai analisar proposta que cria o Programa Cidade Amiga do Idoso, com o intuito de incentivar os municípios a adotar medidas para o envelhecimento saudável e que aumentem a qualidade de vida dessa população.

Pelo texto do projeto, do ex-deputado Ricardo Tripoli, o município interessado em participar do programa deve ter em funcionamento um Conselho Municipal do Idoso e apresentar um plano de ação com o objetivo de beneficiar a pessoa idosa em aspectos como transporte, moradia, serviços de saúde, inclusão social, emprego, comunicação e informação, entre outros.

Os municípios que aderirem ao programa terão prioridade no recebimento dos recursos do Fundo Nacional de Apoio ao



Idosos fazem atividade física em programa mantido pela Prefeitura de Porto Alegre.

Desenvolvimento Urbano. Aqueles que conseguirem implantar ações que melhorem transporte, moradia e outros aspectos na vida das pessoas idosas receberão o título de Cidade Amiga

do Idoso, a ser outorgado pelo Conselho Nacional do Idoso. A proposição ainda precisa ser direcionada para análise nas comissões do Senado pertinentes ao tema (Ag.Senado).

Neurofibromatose como deficiências para concessão de benefícios

Tramita no Senado projeto, de autoria do deputado federal Sergio Vidigal (PDT-ES), que equipara a neurofibromatose às deficiências físicas e intelectuais para os efeitos jurídicos em todo o país.

O projeto assegura às pessoas com a síndrome os mesmos direitos, garantias e benefícios sociais das pessoas com deficiência física ou intelectual previstos na Constituição. Além disso, a proposta determina que os órgãos competentes promovam estudos para a elaboração de cadastro único de pessoas com neurofibromatose no país.

Segundo a Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD), a neurofibromatose é um conjunto de doenças genéticas que afetam mais a pele e o sistema neurológico, mas que podem ter diversas outras apresentações. A doença se origina de mutações genéticas e ainda não existe um tratamento que garanta a cura, apenas a remoção dos tumores na pele gerados pela enfermidade (Ag.Senado).

Alcolumbre pede investigação de fraude da eleição da Mesa



Presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), pediu que o corregedor da Casa, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), apure a fraude na eleição da Mesa Diretora, no último sábado (2). Embora estivessem presentes os 81 senadores, na urna de votação, foram colocados 82 votos na eleição para a presidência da Casa. Além do voto a mais, duas cédulas estavam fora dos envelopes. A votação foi anulada, e Alcolumbre foi eleito em um segundo pleito.

A investigação deve seguir as regras contidas no Ato do Corregedor 1/2018, que regu-

lamenta os procedimentos da Corregedoria Parlamentar. O órgão é responsável no Senado por promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina, incluindo questões referentes à segurança interna e externa da instituição.

Após a investigação, o corregedor poderá arquivar o fato, encaminhar à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, caso a apuração constate descumprimento do Código de Ética, ou encaminhar à autoridade administrativa competente para adoção das sanções cabíveis, quando a conduta punível não for atribuída ao senador (Ag.Senado).

Legalização de cassinos pode incrementar o turismo

Ampliar o número de turistas que visitam o Brasil é um dos objetivos da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo. Os parlamentares que compõem a frente vão atuar para aprovar a revisão da lei geral do turismo, abrir o capital estrangeiro para as companhias aéreas e vão tentar, até mesmo, legalizar o cassino no país, como explica o deputado Herculano Passos (MDB - SP), coordenador do colegiado.

“A legalização do cassino é uma matéria polêmica, mas é necessária porque temos que avançar para gerar oportunidade de emprego, desenvolvimento, riqueza para o nosso país”, diz. Ele afirma que é preciso

explorar as diversas formas de turismo para gerar renda. “Tem turismo de aventura, turismo religioso, turismo de negócio, e o Brasil é o maior país em turismo ambiental do mundo”.

A frente parlamentar do turismo também pretende transformar a Embratur, uma autarquia do Ministério do Turismo, em agência, para tentar ampliar o fluxo turístico de estrangeiros no país. Na Câmara, já existe um projeto que trata do assunto. A presidente da Embratur, a ex-deputada federal Teté Bezerra, acredita que o apoio da frente parlamentar contribui para o crescimento turismo brasileiro.

“Essa proposta se encontra na Câmara federal e conta com todo o apoio da frente parlamentar, e deverá, nesse mandato agora, ser analisado e colocado em votação. Nós vemos com muita alegria o engajamento dessa frente, é uma frente muito forte”, diz ela. O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio afirmou que a atuação dos parlamentares vai contribuir para as ações do governo. “A agenda parlamentar para o Ministério do Turismo é fundamental. Nós temos uma série de projetos tramitando na Câmara e no Senado que impactam diretamente na economia do país através do turismo” (Ag.Câmara).